



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br


Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 8 matérias

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 29 de janeiro de 2013

AMAZONAS EM TEMPO Industrialização de bikes avança 5,9% em Manaus	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Governo pode mudar Orçamento para ampliar desonerações em mais R\$ 15 bi.....	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Instância administrativa veta a taxação de benefícios fiscais	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
AGÊNCIA BRASIL Governo estuda mudanças na lei das zonas de Processamento de Exportação	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
ASSESSORIA SUFRAMA Mudanças na concessão de incentivos da Sudam para ZFM	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO Governo prepara a licitação de 150 áreas em terminais portuários	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO Governo estuda a licitação de 150 terminais de portos	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
REVISTA FATOR BRASIL Produção de bicicletas cresce 5,9% em 2012, aponta Abraciclo	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO AMAZONAS EM TEMPO	EDITORIA	
	TÍTULO Industrialização de bikes avança 5,9% em <u>Manaus</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Dados apontam a industrialização de quase 900 mil bicicletas no polo manauense em 2012 – foto: Ione Moreno

A **produção** de bicicletas no Polo Industrial de **Manaus (PIM)** fechou 2012 com saldo positivo. Entre janeiro e dezembro do ano passado foram industrializadas no parque fabril 875.835 bikes, quantidade 5,9% superior ao registrado no acumulado de 2011 (826.903 unidades), segundo a Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo).

De acordo com Marcos Fermanian, as empresas instaladas no **PIM** investiram ‘pesado’ no **desenvolvimento** de produtos, situação que atraiu a atenção de compradores no país e de clientes estrangeiros.


O volume de bicicletas vendidas no atacado ficou 3,8% abaixo, no acumulado do ano, com 892.223 unidades ante 927.770 registradas em 2011.

Para este ano, a Abraciclo está otimista tanto em relação à **produção** quanto à **produção** de bicicletas no **PIM**.

A associação projeta a industrialização de um milhão de unidades no parque fabril, quantidade 14,2% superior a registrada em 2012.

No que diz respeito às vendas da ‘magrela’, a Abraciclo espera a comercialização de 4,5 milhões de bicicletas no país, das quais um milhão de unidades produzidas no Polo Industrial de **Manaus**, correspondendo a um crescimento de 12,1%.

No ano passado foram produzidas no país 4,1 milhões de bicicletas. O volume é 10% inferior ao registrado em 2011. Já as vendas somaram 4,5 milhões de peças.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo pode mudar Orçamento para ampliar desonerações em mais R\$ 15 bi		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Propostas serão encaminhadas antes da votação; objetivo é estimular competitividade, reduzir custos das empresas e ajudar a reduzir inflação

Adriana Fernandes / Brasília

O governo poderá abrir mais espaço para novas desonerações tributárias no Orçamento de 2013 antes de sua votação no Congresso, segundo informou ontem o secretário da Receita Federal, Carlos Alberto Barreto.

Não há ainda definição sobre o volume que será adicionado, mas o governo já decidiu ampliar os cortes de tributos para aumentar a competitividade, reduzir os custos das empresas e ajudar no combate à inflação.

Fontes ouvidas pelo Estado informaram que uma das propostas em estudo é abrir um espaço de mais R\$ 15 bilhões para desonerações de impostos. A definição dos setores a serem beneficiados ocorrerá mais à frente.

Uma das ideias em discussão é promover, dessa vez, a desoneração do PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofms), além da ampliação da lista dos setores beneficiados pela desoneração da folha de pagamento. Segundo Barreto, somente depois da definição das novas desonerações é que a Receita trabalhará na previsão de arrecadação deste ano.

"Temos novas medidas que ainda poderão ocorrer. Até a votação do Orçamento, essas discussões serão encaminhadas", disse. A votação da lei orçamentária de 2013 ficou para fevereiro. Os parlamentares voltam do recesso de fim de ano na próxima semana, quando as negociações serão retomadas.

Barreto revelou que faria ontem uma reunião com a sua equipe técnica sobre as estimativas de arrecadação, mas ela foi adiada para a semana que vem por causa da necessidade


de definir, em primeiro lugar, as desonerações que deverão ser feitas.

Reforma. No fim do ano passado, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, chegou a anunciar o início da reforma do PIS/Cofms para 2013, com um maior aproveitamento de créditos pelas empresas, mas o ato legal ainda não foi divulgado. O formato atual da cobrança dos dois tributos não permite o aproveitamento de crédito de serviços.

Quando enviou a proposta de Orçamento em agosto do ano passado ao Congresso, a área econômica reservou espaço de R\$ 15 bilhões para ampliar as desonerações da folha de pagamento. Mas o montante contratado para este ano já soma R\$ 16 bilhões, incluindo a aplicação do benefício em 42 setores da economia. Em entrevista recente, o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, disse que o montante previsto de redução tributária é de R\$ 85 bilhões. Por enquanto, a Receita contabiliza desoneração de R\$ 56 bilhões.

Superávit. Há integrantes do governo que querem vincular o aumento das desonerações ao superávit primário das contas do setor público, que é a economia para pagamento dos juros da dívida. Ou seja, as desonerações poderiam ser descontadas da meta fiscal. A proposta chegou a ser discutida no ano passado e voltou agora ao debate.

Até o momento, a proposta com mais possibilidades de ser encaminhada é o aumento do abatimento das despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da meta fiscal prevista para este ano. O governo já previu abater R\$ 25 bilhões e esse volume deve aumentar para abrir espaço às desonerações e aos investimentos. A redução oficial da meta fiscal para um nível em torno de 2,5% a 2% do Produto Interno Bruto (**PIB**) também está sendo analisada.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Instância administrativa veta a taxaço de benefícios fiscais		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

As empresas ganharam mais um julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) para impedir a tributação da restituição de ICMS dada como incentivo fiscal pelos Estados. Em decisão unânime, o órgão entendeu que o benefício é uma subvenção para investimento e, portanto, não sujeito ao pagamento do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

O caso envolve uma grande indústria de calçados que recebeu benefícios fiscais do Ceará e da Bahia. A empresa foi autuada pela Receita Federal por não recolher o IR e CSSL. A companhia alegou que os recursos dos incentivos seriam utilizados em investimentos.

Decisão libera empresa de pagar IR e CSLL sobre benefício fiscal

Por Adriana Aguiar | De São Paulo

As empresas ganharam mais um precedente no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) para impedir a tributação da restituição de ICMS dada como incentivo fiscal pelos Estados. A decisão unânime é da 2ª Turma da 2ª Câmara da Primeira Seção do Carf. O Conselho entendeu que o benefício é uma subvenção para investimento e, portanto, não sujeita ao pagamento do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

O caso analisado, no fim do ano passado, envolve uma grande indústria de calçados no nordeste que recebeu benefícios fiscais concedidos por leis dos Estados do Ceará e da Bahia. A empresa foi autuada pela Receita Federal por não recolher o Imposto de Renda e a CSLL sobre os valores restituídos de ICMS pelos Estados entre 2004 e 2006.

A companhia contabilizou os recursos oriundos desses incentivos fiscais como subvenções para investimento. A Receita, porém, ao avaliar os protocolos de intenções firmado pela empresa com os Estados interpretou que os recursos seriam destinados à composição de capital de giro. Nesse caso, o montante seria tributável.

A companhia, no entanto, alegou que os incentivos fiscais do ICMS foram concedidos com o objetivo de viabilizar economicamente a instalação de fábricas no interior dos

Estados do Ceará e da Bahia, cujos recursos seriam utilizados para a realização dos investimentos necessários para a implantação e futura expansão dos empreendimentos econômicos.

No protocolo de intenções firmado com a Bahia, por exemplo, a companhia se comprometeu a investir R\$ 20 milhões no complexo industrial a ser implantado fora da região metropolitana de Salvador, nos municípios de Conceição do Tacuípe, Coração de Maria e Irará. Também firmou o compromisso de produzir quatro mil pares de sapato por ano. Além de criar dois mil empregos diretos ou indiretos. Por sua vez, o Estado concedeu um crédito no valor de 11% da exportação mensal de calçados, artefatos de couros e componentes para calçados.

O compromisso com o Estado do Ceará também foi feito nesses mesmos moldes, conforme o protocolo de intenções firmado em 1996 entre a empresa, o Estado e o município de Itapipoca, onde ocorreria a implantação de uma unidade industrial. A companhia, segundo a decisão, comprometeu-se a investir R\$ 12 milhões na implantação do projeto e a produzir dez mil pares por ano. Além de garantir emprego a mil trabalhadores. Em contrapartida, receberia um empréstimo equivalente a 11% de cada exportação mensal dos produtos fabricados durante o prazo de 180 meses consecutivos, entre setembro de 1997 a agosto de 2012, entre outros benefícios.

O relator, conselheiro Carlos Alberto Donassolo, concluiu em sua decisão que os incentivos fiscais concedidos pelos Estados são caracterizados na modalidade subvenções para investimento, conforme estabelece a Lei das Sociedades Anônimas. O conselheiro entendeu que ficaram "claras as intenções dos Estados em promover o desenvolvimento das atividades industriais em seus territórios, notadamente em municípios localizados no interior dos Estados, de baixo desenvolvimento econômico, assegurando incentivos para implantação dos empreendimentos sob várias formas, dentre eles, com a concessão de empréstimos subsidiados e na modalidade de crédito presumido do ICMS."

A decisão ainda acrescenta que a companhia teria cumprido com os compromissos assumidos e que isso parece ser

um fato incontroverso, "tanto que a fiscalização nada relata a esse respeito".

Segundo o advogado Adolpho Bergamini, do Bergamini Advogados Associados, para caracterizar o recebimento do benefício fiscal como subvenção para investimento é necessário sempre que haja uma contrapartida por parte da empresa, com a comprovação de que esses recursos serão utilizados no **desenvolvimento** da região, como a contratação de pessoas.

Embora a Receita não aceite, esse posicionamento já está se consolidando no Carf, segundo Bergamini e a advogada Vivian Casanova, do BM&A Consultoria Tributária. "Essa última decisão do Carf, que reúne representantes dos contribuintes e da Fazenda, já foi unânime. Além disso, a primeira instância administrativa também tem seguido esse entendimento", acrescenta Vivian.

Um caso semelhante foi julgado em maio de 2011 pela 1ª Turma da 4ª Câmara da 1ª Seção do Carf, ao analisar um recurso de uma outra indústria de calçados que recebeu benefícios fiscais concedidos por leis do Rio Grande do Sul e da Bahia. A empresa tinha sido atuada em 2007 pela Receita Federal. O relator, conselheiro Maurício Faro, citou

precedente de 2010 da Câmara Superior do Carf com entendimento favorável às empresas.

Nesse precedente, os conselheiros avaliaram o benefício fiscal concedido pela Lei nº 1.939, de 1989, do Estado do **Amazonas**. Eles entenderam que esse tipo de incentivo fiscal seria enquadrado como subvenção para investimento, pois o objetivo desses benefícios seria o de atrair investimentos para integração, expansão, modernização e consolidação dos setores econômicos. A companhia tinha sido atuada pela Receita em 2003.

A assessoria de imprensa da Procuradoria-Geral da Fazenda (PGFN) não retornou até o fechamento desta edição.

	VEÍCULO AGÊNCIA BRASIL	EDITORIA	
	TÍTULO Governo estuda mudanças na lei das zonas de Processamento de <u>Exportação</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	


Mariana Branco

Repórter da Agência Brasil

Brasília - O governo estuda mudanças na legislação das zonas de Processamento de **Exportação** (ZPEs), disse, hoje (28), o ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, Fernando **PIM**entel. Segundo o ministro, a exigência de 80% do faturamento em **exportações** para que as empresas se enquadrem é alta e deve ser reduzida. Além disso, o governo pode criar ZPEs setoriais, de acordo com a vocação de cada região. "A realidade econômica mudou, é preciso rever a legislação", afirmou **PIM**entel.

O ministro destacou que nenhuma das 30 ZPEs criadas no **Brasil** entrou em operação. Para ele, o motivo podem ser os entraves na legislação. "O percentual de faturamento em **exportações** é muito alto. Em algumas regiões, as condições locais não foram favoráveis. Ao longo desse semestre, em negociação com os prefeitos, nós vamos encontrar um modelo mais adequado. Não tem sentido você criar uma ZPE sem definir qual é a vocação daquela região", afirmou.

O ministro Fernando **PIM**entel deu as declarações durante o Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas, que é realizado em Brasília.

	VEÍCULO ASSESSORIA <u>SUFRAMA</u>	EDITORIA	
	TÍTULO Mudanças na concessão de incentivos da Sudam para <u>ZFM</u>		
ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Texto: Ascom/Sudam e CGCOM/SUFRAMA

Diretores e a equipe técnica da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) estarão em Manaus nesta quarta-feira (30), para explicar ao empresariado local as mudanças que estão sendo feitas na análise e aprovação dos projetos de Incentivos Fiscais (IF) e do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA). No caso dos incentivos, entre as principais mudanças está a extensão a setores ainda não contemplados na legislação vigente (como o Naval, por exemplo). No caso do FDA, o novo decreto - em vigor a partir deste ano - abre o financiamento para empresas de capital limitado e ainda permite ao investidor optar por qualquer banco operador. Antes o financiamento era restrito ao Banco da Amazônia.

A reunião na capital amazonense será na sede da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), às 11h, e foi sugerida pela Associação de Consultores do Amazonas (Ascon), que pediu mais informações sobre o que mudou nos dois relevantes instrumentos de atração de investimentos para a região.

Incentivos de R\$ 1 bi

Na ocasião, o Superintendente da Sudam, Djalma Mello, estará, com a equipe, também fazendo a entrega de 82 laudos de projetos aprovados pela instituição. Os projetos são de 27 empresas amazonenses que obtiveram incentivo fiscal da redução do Imposto de Renda e do reinvestimento junto à Sudam. O valor de incentivos fiscais concedidos, nesses projetos que estarão recebendo os laudos, chega a cerca de R\$ 1 bilhão, e representam a geração e/ou manutenção de 52 mil empregos diretos e indiretos.

SUGESTÃO DE PAUTA

Assunto: Entrega de projetos incentivados pela Sudam às empresas de Manaus


Data: 30/01/2013

Hora: 11h

Local: Sala das adjuntas/SUFRAMA.

Sugestão de entrevistado: Djalma Mello, Superintendente da Sudam.

Contato: (91) 4008-5459/5640 (Leidemar Oliveira, assessora de comunicação da Sudam)

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo prepara a licitação de 150 áreas em terminais portuários		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A iniciativa faz parte do programa de modernização dos portos, que prevê investimentos de R\$ 54,2 bi até 2017

O governo pretende desenvolver estudos para o arrendamento de mais de 150 áreas dos portos organizados do país destinadas à operação de terminais e instalações portuárias. Os projetos estão sendo definidos pela Secretaria Especial dos Portos (SEP) em conjunto com o Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**). Estão sendo avaliadas áreas ociosas - que ainda não foram exploradas pelo setor privado - e terminais já em operação, cujos contratos de arrendamento estão prestes a vencer.

A perspectiva é a de que os estudos fiquem prontos nos próximos seis meses como parte do programa de modernização dos portos, lançado no ano passado pela presidente Dilma Rousseff e que deve atrair R\$ 54,2 bilhões para o setor portuário até 2017. Segundo fontes ouvidas pelo **Brasil** Econômico, esse valor pode ser ampliado caso todos os projetos de arrendamento saiam do papel. O motivo é que, por enquanto, ainda falta a conclusão dos estudos para saber se todas as áreas observadas podem de fato ser alvo de licitações.


Por enquanto, a prioridade do governo é para a regularização de 55 contratos de arrendamentos que foram assinados antes de Lei dos Portos de 1993. A legislação reformulou as regras do setor, mas estes arrendatários não tiveram seus contratos adaptados. O impasse tem gerado insegurança jurídica no setor e foi responsável pela paralisação dos investimentos nos terminais. Apesar do pedido dos operadores para que seus contratos sejam prorrogados por um novo período de 25 anos, o governo avalia que a maioria deles terá que ser relicitada. Existem apenas alguns casos em que a renovação é permitida, mas isto só será feito mediante o compromisso dos atuais operadores de realizar investimentos nos terminais.

Além dos arrendamentos, também fazem parte dos estudos da SEP as concessões dos portos previstas no programa de investimentos. O governo licitará nos portos organizados em **Manaus**, no **Amazonas**, em Ilhéus, na Bahia, e em Vitória, no Espírito Santo. Além deles, há o porto de Imbituba, em Santa Catarina, único do país que já tem administração privada, mas, por conta do prazo de concessão já ter vencido, deverá passar por uma nova licitação.

Da lista de portos, o de **Manaus** foi o escolhido para inaugurar o novo modelo de concessão de portos, destinado a construção e operação da unidade, e cujo vencedor da licitação será definido por meio da oferta de menor tarifa para a movimentação de cargas. Segundo a Antaq, o edital de **Manaus** é o que está mais adiantado e deve ser publicado ainda no primeiro trimestre deste ano. Logo após **Manaus**, o porto de Imbituba irá a leilão. Os demais portos a serem concedidos deverão ter seus editais publicados apenas no segundo semestre deste ano.

Os estudos elaborados pela SEP não contemplam locais que estão localizados fora dos portos públicos e que podem servir para a construção de Terminais de Uso Privativos (TUPs). Estas áreas serão concedidas por meio de autorizações da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Os operadores serão definidos processo seletivo e chamadas públicas realizadas pela Antaq.

Leia mais notícias de economia, política e negócios no jornal **Brasil** Econômico

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo estuda a licitação de 150 terminais de portos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Nos próximos seis meses será analisada a viabilidade do arrendamento das áreas

Ruy Barata Neto, de Brasília
rneto@brasileconomico.com.br

O governo pretende desenvolver estudos para o arrendamento de mais de 150 áreas dos portos organizados do país destina das à operação de terminais e instalações portuárias. Os projetos estão sendo definidos pela Secretaria Especial dos Portos (SEP) em conjunto com o Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**). Estão sendo avaliadas áreas ociosas que ainda não foram exploradas pelo setor privado e terminais já em operação, cujos contratos de arrendamento estão prestes a vencer.

A perspectiva é a de que os estudos fiquem prontos nos próximos seis meses como parte do programa de modernização dos portos, lançado no ano passado pela presidente Dilma Rousseff e que deve atrair R\$ 54,2 bilhões para o setor portuário até 2017 (ver quadro abaixo). Segundo fontes ouvidas pelo **Brasil** Econômico, esse valor pode ser ampliado caso todos os projetos de arrendamento saiam do papel. O motivo é que, por enquanto, ainda falta a conclusão dos estudos para saber se todas as áreas observadas podem de fato ser alvo de licitações.


Por enquanto, a prioridade do governo é para a regularização de 55 contratos de arrendamentos que foram assinados antes de Lei dos Portos de 1993. A legislação reformulou as regras do setor, mas estes arrendatários não tiveram seus contratos adaptados. O impasse tem gerado insegurança jurídica no setor e foi responsável pela paralisação dos investimentos nos terminais. Apesar do pedido dos operadores para que seus contratos sejam prorrogados por um novo período de 25 anos, o governo

avalia que a maioria deles terá que ser relicitada. ExLs tem apenas alguns casos em que a renovação é permitida, mas isto só será feito mediante o compromisso dos atuais operadores de realizar investimentos nos terminais.

Além dos arrendamentos, também fazem parte dos estudos da SEP as concessões dos portos previstas no programa de investimentos. O governo li citará nos portos organizados em **Manaus**, no **Amazonas**, em Ilhéus, na Bahia, e em Vitória, no Espírito Santo. Além deles, há o porto de Imbituba, em Santa Catarina, único do país que já tem administração privada, mas, por conta do prazo de concessão já ter vencido, deverá passar por uma nova licitação.

Da lista de portos, o de **Manaus** foi o escolhido para inaugurar o novo modelo de concessão de portos, destinado a construção e operação da unidade, e cujo vencedor da licitação será definido por meio da oferta de menor tarifa para a movimentação de cargas. Segundo a Antaq, o edital de **Manaus** é o que está mais adiantado e deve ser publicado ainda no primeiro trimestre deste ano. Logo após **Manaus**, o porto de Imbituba irá a leilão. Os demais portos a serem concedidos deverão ter seus editais publicados apenas no segundo semestre deste ano.

Os estudos elaborados pela SEP não contemplam locais que estão localizados fora dos portos públicos e que podem servir para a construção de Terminais de Uso Privativos (TUPs). Estas áreas serão concedidas por meio de autorizações da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Os operadores serão definidos processo seletivo e chamadas públicas realizadas pela Antaq.

	VEÍCULO REVISTA FATOR BRASIL	EDITORIA	
	TÍTULO Produção de bicicletas cresce 5,9% em 2012, aponta Abraciclo		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Foram fabricadas 875.835 unidades no Polo Industrial de Manaus. Mercado nacional movimentou 4,5 milhões de unidades. Aumenta a demanda por produtos com maior valor agregado.

De acordo com levantamento da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo), o segmento de bicicletas fechou 2012 com incremento de 5,9% na **produção**, em relação ao ano anterior. As indústrias instaladas no **PIM** (Polo Industrial de **Manaus**) totalizaram 875.835 unidades, contra 826.903 de 2011. Na comparação entre novembro e dezembro, houve queda de 66,3%, passando de 90.946 para 30.681 bicicletas, devido ao período de férias coletivas do segmento.

O volume de bicicletas vendidas no atacado ficou 3,8% abaixo, no acumulado do ano, com 892.223 unidades ante 927.770 registradas em 2011. Apenas em dezembro, foram comercializadas 35.005 bicicletas, o que corresponde a uma redução de 65,6% em relação a novembro, com 101.685 unidades. Por outro lado, as **exportações** totais de 2012 apresentaram aumento de 30,2% em relação ao ano anterior, passando de 2.405 unidades para 3.131 unidades. Os principais destinos destes produtos foram o Uruguai e Paraguai.

Em âmbito nacional, a **produção** de bicicletas totalizou cerca de 4.170.000 unidades no ano passado, correspondendo a uma queda de aproximadamente 10% em relação a 2011 (4.630.000 unidades). As vendas totais atingiram cerca de 4.500.000 unidades, com recuo também de 10% ante 2011 (5.000.000 unidades).

Com relação às **importações**, o ano passado fechou com 327.590 unidades, um volume 11,3% menor do que em 2011, com 369.206 unidades. Entre novembro e dezembro o índice permaneceu praticamente estável, com pequena evolução de 0,2%, de 40.179 unidades para 40.241 unidades.

“A **produção** e as vendas totais de bicicletas no atacado apresentaram reduções de volumes em 2012,

porém houve um constante crescimento na demanda pelos produtos de maior valor agregado. As fabricantes instaladas no Polo Industrial de **Manaus (PIM)** investem para atender a esta nova demanda, desenvolvendo produtos tecnologicamente mais avançados – mais leves e resistentes – e equipados com marchas, além de design moderno e cores atrativas”, comenta Marcos Fermanian, presidente da Abraciclo. “A presença de bicicletas de maior valor agregado no **mercado** nacional deve evoluir ainda mais em 2013”, complementa.

Pelas projeções das associadas da Abraciclo, em 2013 a **produção** nacional de bicicletas poderá totalizar 4.500.000 unidades, sendo cerca de 1.000.000 delas fabricadas no **PIM**. Caso se confirme, a **produção** no Polo de **Manaus** crescerá 14,2%, enquanto no total nacional deverá ficar estável. As vendas totais poderão permanecer em 4.500.000 unidades, com 1.000.000 delas oriundas das fabricantes instaladas no **PIM**. Neste caso, as vendas no atacado no Polo de **Manaus** crescerão 12,1%. As **importações** deverão ficar em torno de 330.000 unidades em 2013, ou seja, praticamente estáveis (crescimento de apenas 0,7%), de acordo com as projeções divulgadas pela Abraciclo.

Abraciclo e o setor de duas rodas-Com 36 anos de história e 13 associadas, a Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo), representa, no país, os interesses dos fabricantes de transporte em Duas Rodas, além de investir fortemente em ações que tenham por objetivo a busca pela paz no trânsito e pilotagem defensiva.

Representativa, a fabricação nacional de motocicletas - majoritariamente concentrada no Polo Industrial de **Manaus (PIM)** - está entre as cinco maiores do mundo. Já no segmento de bicicletas, o **Brasil** se encontra na terceira posição entre os principais produtores mundiais. No total, o Setor de Duas Rodas gera em suas indústrias cerca de 20 mil empregos diretos.

.Motocicletas: **Produção** anual: mais de 4 milhões de unidades |.5° maior produtor mundial |.3° maior produtor mundial. .Bicicletas: .Frota Nacional: mais de 20 milhões |.Frota Nacional: mais de 70 milhões |.**Produção** anual: cerca de 1,7 milhão de unidades. [www.abraciclo.com.br].